

# A Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional

## A Evolução da Profissão das Armas

Alte (Res) James G. Stavridis, da Marinha dos EUA,  
Maj Brig (Res) Ervin J. Rokke da Força Aérea dos EUA e  
CMG (Res) Terry C. Pierce, da Marinha dos EUA

Originalmente publicado na edição JFQ 81, 2nd Quarter 2016, da revista *Joint Forces Quarterly*.

**R**ecentes operações conduzidas contra empresas e cidadãos norte-americanos têm enfatizado repetidamente uma vulnerabilidade crítica na forma como o governo dos EUA considera e se defende contra os instrumentos de poder não cinéticos. Isso se aplica particularmente verdade no domínio artificial da cibernética. Em dezembro de 2014, uma falha proeminente de alto nível na segurança da Sony Pictures Entertainment foi vinculada a um ataque cibernético patrocinado pela Coreia do Norte. Ao que tudo indica, a Coreia do Norte agiu em retaliação ao filme *A Entrevista*, uma comédia sobre o assassinato

do líder norte coreano Kim Jong-un<sup>1</sup>. O governo Obama respondeu aos supostos ataques cibernéticos de Pyongyang contra a Sony, impondo sanções contra a lucrativa indústria bélica do país<sup>2</sup>. É demasiadamente cedo para determinar se essa resposta foi apropriada e eficaz. No entanto, as aparentes dificuldades que enfrentamos ao determinar qual a melhor resposta indicam que as premissas fundamentais das definições e das responsabilidades da nossa profissão militar, a maioria das quais surgidas após a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, necessitam atualização para que possam se adaptar às novas formas de combate.

O final da Segunda Guerra Mundial e a chegada da Guerra Fria resultaram em um surgimento de brilhantes estudos acadêmicos relacionados com a



Fuzileiros Navais dos EUA ensaiam o "combat gliding" durante o Exercício de Treinamento Integrado 2-15, no Camp Wilson na Base Twentynine Palms, na Califórnia, Jan 2015 (CFN dos EUA/Kathryn Howard)

Profissão das Armas. Em 1957, por exemplo, Samuel Huntington, um professor em Ciência Política da Harvard University, publicou o seu influente livro, *The Soldier and the State* (Publicado no Brasil com o título "O Soldado e o Estado"). Esse foi um esforço extraordinário para explicar por que e como a oficialidade militar moderna representa uma carreira profissional, assemelhada com as do Direito, do Sacerdócio e da Medicina<sup>3</sup>. Dois temas principais emergiram do trabalho de Huntington. Primeiro, o meio ideal para o controle civil das forças armadas é a profissionalização da organização. Segundo, Huntington argumentava que a habilidade central da competência militar, exclusiva da profissão, foi melhor sintetizada pela frase de Harold Lasswell, "o gerenciamento da violência"<sup>4</sup>. Em suma, para Huntington, bem como para outros acadêmicos nacionalmente reconhecidos à época, a expertise profissional exclusiva dos oficiais militares se concentrava na realização do combate armado bem-sucedido<sup>5</sup>.

Acreditamos que a primeira parte da teoria de Huntington ainda é válida. Em uma sociedade democrática, as forças armadas são uma profissão que exige o controle civil. Argumentamos, porém, que a afirmação de Huntington, de que o "gerenciamento da violência" é uma *expertise* exclusiva da Profissão das Armas, do seu modelo de 1957, precisa ser atualizada. Sustentamos que os integrantes atuais da Profissão das Armas são "os controladores dos efeitos", enquanto a responsabilidade principal de definir os efeitos desejados, particularmente na esfera estratégica, fica com a liderança civil de nível nacional. Essa afirmação é construída sobre o conceito de *soft power* introduzido, em 1990, pelo Professor Joseph Nye que argumentava que "a conquista dos corações e mentes sempre foi importante, mas é ainda mais em uma era da informação global"<sup>6</sup>. Desde 1990, o *soft power* tem crescido em importância conforme as tecnologias da era da informação avançam. Mais importante ainda, a revolução das informações está mudando a natureza do poder e aumentando a sua disseminação,

tanto de forma vertical quanto horizontal, assinalando o declínio do Estado soberano e a ascensão de um novo mundo do tipo feudal<sup>7</sup>. Finalmente, sustentamos que esses efeitos de *hard power* e de *soft power* podem ser produzidos não apenas nos domínios naturais de terra, mar, ar e espaço, mas também no cada vez mais importante domínio cibernético.

## O Mundo de Huntington: Relações Civis-Militares

A Profissão das Armas como a conhecemos deve muito ao modelo inovador de Huntington para as relações civis-militares e a segurança nacional. O livro *O Soldado e o Estado* se baseia em um mundo bipolar, onde a maior parte do poder militar destrutivo era dominada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Um princípio chave do trabalho de Huntington é o relacionamento complexo entre as autoridades civis e militares, com o militar subordinado ao controle civil. Ele oferece várias recomendações para obter e manter a estabilidade e a utilidade dessa relação. O resultado da teoria de Huntington inclui um modelo intelectual para

analisar até que ponto o sistema de relações civis-militares em uma sociedade tende a melhorar ou depreciar a segurança militar daquela sociedade<sup>8</sup>.

O foco de Huntington é o Estado-nação, com a sua responsabilidade de frustrar o surgimento de ameaças oriundas de outros Estados independentes<sup>9</sup>. Para ele, a obtenção de um relacionamento estável e produtivo entre as autoridades civis e militares é essencial para a máxima segurança do Estado. Uma premissa chave do modelo de Huntington é que a violência quase sempre se originava em um Estado-nação e era direcionada contra outro Estado-nação. Nesse ambiente, a ameaça ou o verdadeiro emprego da força incorporada nos exércitos, marinhas e forças aéreas nacionais é a melhor forma para manter a paz. Assim, Huntington afirma que a expertise exclusiva da profissão militar é o gerenciamento da violência.

Esse modelo provou ser útil por meio século, durante o qual a segurança dependia principalmente das capacidades nacionais para o gerenciamento da violência nos domínios naturais de terra, mar, ar e espaço. O seu modelo, contudo, está aquém das expectativas



O Presidente Obama na reunião do Conselho Rural no Eisenhower Executive Office Building, Fev 2016 (A Casa Branca/Pete Souza)

com o surgimento dos instrumentos não cinéticos das políticas externas, inclusive aqueles dentro do domínio cibernético. Especialmente dentro desse domínio, os Estados-nações e as suas forças militares já não são os únicos gerentes desses instrumentos da força. Uma nova variedade de atores não cinéticos que usam *soft power* nos domínios cibernético e naturais pode obter os efeitos cinéticos do *hard power*.

Tanto atores nacionais quanto atores não estatais que atuam no domínio cibernético têm visado os computadores do Ministério de Petróleo do Irã, instituições financeiras e dos setores de energia estrangeiros e até de autoridades políticas e militares, causando grande prejuízo<sup>10</sup>. Em 2011, o Chefe do *Joint Chiefs of Staff* (Organização que reúne os Comandantes das Forças Singulares dos EUA) Almirante Mike Mullen observou que a cibernética era “A maior ameaça existencial atual” porque “a cibernética, muito mais realmente do que teoricamente, pode atacar a nossa infraestrutura e os nossos sistemas financeiros”<sup>11</sup>. Os telefones celulares, por exemplo, são uma ferramenta essencial para a prosperidade econômica bem como para o financiamento e o planejamento de operações terroristas. Significativamente, tais telefones celulares custando US\$ 400 hoje igualam a capacidade de processamento do supercomputador mais rápido de 1975, que custava US\$ 5 milhões<sup>12</sup>.

## Novas Respostas para Três Perguntas

Nossa recomendação para atualizar as definições e as prescrições de Huntington para a Profissão das Armas é motivada pelo surgimento de novas respostas a três perguntas fundamentais que têm sido tradicionalmente usadas para definir a situação de segurança global: Quem são os atores principais? O que podem fazer um ao outro? O que querem fazer um ao outro? Os acadêmicos de políticas internacionais e de segurança nacional, começando pelo Professor Stanley Hoffmann da Harvard University, têm nos ensinado que quando as respostas para essas perguntas mudam de forma significativa, o ambiente de segurança global é fundamentalmente alterado<sup>13</sup>. Exemplos históricos incluem a Paz de Vestfália (1648), a Revolução Francesa (1789), o Congresso de Viena (1815), a Unificação da Alemanha (1870) e o fim da Segunda Guerra Mundial (1945).

Assim, o surgimento de novos atores (os Estados Unidos e a União Soviética), capacidades (armas

nucleares) e intenções (conduzidas pela divisão ideológica entre a democracia e o comunismo) constituíram a plataforma intelectual e a inspiração para um “novo modo de pensar” sobre a Profissão das Armas, por parte dos acadêmicos, no início da Guerra Fria. De forma correta, as suas análises e recomendações políticas foram baseadas em “novas realidades” do período pós-guerra e, com o tempo, passaram a refletir o efeito desejado de “contenção”, que foi concebida e desenvolvida pela liderança civil em nível nacional.

## As Realidades do Século XXI

Agora precisamos enfrentar as novas realidades do Século XXI que surgiram com a queda do comunismo e do Império Soviético, nos anos 90. Com a dinâmica adicional provocada pelos incríveis avanços na tecnologia e nas comunicações, bem como pelo final da Guerra Fria, o sistema de segurança global, obviamente, tem encontrado, mais uma vez, novas respostas para as três perguntas fundamentais do Professor Hoffmann. Da mesma forma que em 1789, 1815, 1870 e 1945, o mundo global da segurança nacional foi radicalmente alterado.

**Quem São os Novos Atores?** Alguns atores desapareceram no cenário internacional, enquanto outros, incluindo uma variedade de entidades que não são Estados-nações, têm emergido. Muitos dos principais atores tradicionais surgiram com a Paz de Vestfália em 1648, o tratado que concluiu a Guerra dos Trinta Anos<sup>14</sup>. Esse acordo preparou o terreno para que as entidades combatentes existentes até então, como famílias, tribos, religiões, cidades e até organizações comerciais se consolidassem e passassem a lutar sob o monopólio das forças militares dos Estados-nação<sup>15</sup>. Até recentemente, essa guerra de Estado contra Estado permaneceu como modelo padrão. No entanto, agora testemunhamos um ressurgimento parcial do modelo pré-Vestfália, conforme atores não estatais, como o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, Al Qaeda, Hamas, Hezbollah e outros — incluindo cartéis de drogas e sindicatos criminosos — têm emergido como participantes muito reais no ambiente da segurança internacional.

**O que podem fazer um ao outro?** Como demonstrado pelos atentados de 11 de Setembro, esses atores não estatais são capazes de terrorismo global, empregando vários meios para atacar Estados-nações, desde operações

suicidas até decapitação de cidadãos, individualmente. Ironicamente, esses novos atores estão “voltando à forma como a guerra funcionava antes do surgimento do Estado”, em algumas importantes maneiras de agir<sup>16</sup>. Além disso, muitos desses atores não estatais são competentes no emprego de instrumentos modernos e não cinéticos, como a mídia social e outras ferramentas que estão surgindo no campo cibernético, para obter os efeitos desejados. Ao usar essas ferramentas cibernéticas, eles têm, efetivamente, revitalizado e reforçado a noção de “entrar na cabeça do oponente” de Sun Tzu. Eles têm ampliado o campo de batalha além dos domínios tradicionais de terra, mar, ar e espaço para acomodar mais efetivamente do que nunca as batalhas de confronto de inteligências.

**O que querem fazer um ao outro?** Os atores do tipo Estado-nação ainda parecem focados principalmente nos objetivos tradicionais de manter e expandir o seu poder e influência, mas, em geral, seguem as Convenções de Genebra para a condução da guerra internacionalmente aceita. Isso não acontece, contudo, com os novos atores não estatais, que frequentemente se afastam das convenções aceitas pelos atores estatais tradicionais desde Vestfália. Para eles, o campo de batalha assumiu uma gama mais ampla de opções com menos consideração para noções tais como a teoria da guerra justa. De fato, os ataques recentes envolvendo ferramentas tipo *malware* para o *hacking* de empresas como bancos e grandes redes comerciais (como a Target, Home Depot, Sony e outras) bem como as contatadas de indivíduos particulares, na internet, demonstram um deslocamento na ênfase tradicionalmente focada, pelos combatentes, em alvos militares inimigos.

## A Necessidade de Lentes mais Amplas

Os psicólogos cognitivos nos dizem que quando nos deparamos com problemáticas complexas, automaticamente nós buscamos simplificar nossa tarefa, usando “modelos, lentes ou conceitos” para reduzir a amplitude do problema a um desafio mais controlável, em pequenos pedaços. Sem dúvida, isso é pertinente à análise dos dilemas que as nações encaram continuamente na área de segurança nacional. Essa análise está no cerne da “fase de orientação” de John Boyd, o componente mais crítico do seu famoso ciclo de “observar, orientar, decidir e agir (o ciclo OODA)<sup>17</sup>. É a etapa no processo cognitivo onde os participantes tentam definir a “realidade”

da sua problemática. É completamente compreensível que a lente de simplificação tradicionalmente usada pelas autoridades na área de segurança nacional tenha se concentrado nos meios militares existentes. De fato, essa tradição tem sido empregada desde, no mínimo, o período das Primaveras e Outonos chineses, entre os Séculos VIII e IV a.C. Hoje, ela existe na forma do conceito da guerra de armas combinadas (GAC) com o foco em navios, aviões, carros de combate e mísseis.

Os psicólogos cognitivos, também, nos informam que essas lentes de simplificação inevitavelmente se revelam inadequadas para a compreensão das realidades enfrentadas nas problemáticas complexas. Nós temos argumentado, anteriormente, que o conceito GAC enfrenta essa dificuldade quando usado como uma lente<sup>18</sup>. Em nossa área de segurança atual, por exemplo, ele não consegue acomodar o emergente domínio cibernético bem como os instrumentos não cinéticos da guerra que pertencem aos domínios tradicionais de terra, mar, ar e espaço. Considerando que o conceito GAC limita a “visão” aos instrumentos tradicionais da força militar, novas formas de poder, incluindo aqueles que estão surgindo do domínio cibernético, são anomalias e estão fora do nosso conceito da realidade. O entendimento do poder dessas anomalias exige uma nova forma de pensar e assim uma lente nova e mais ampla, além da lente tradicional de GAC, com o seu foco nos sistemas de armas dos domínios naturais. A nova lente que oferecemos pode ser apropriadamente chamada o poder de efeitos combinados (*combined effects power — CEP*). A construção CEP é uma forma para maximizar e harmonizar os efeitos do poder cinético e não cinético. O problema chave que ela enfrenta é quais efeitos queremos obter empregando os *hard power* e *soft power*<sup>19</sup>.

Em um profundo estudo intitulado “Winning Battles, Losing Wars” (“Vencer Batalhas, Perder Guerras”), o General de Divisão (Res) James Dubik, do Exército dos EUA, sugere que esse dilema é uma característica de quase todas as guerras pós-11 de Setembro e o atribui em grande medida ao “nexo civil-militar que está na base de como os Estados Unidos travam a guerra”<sup>20</sup>. Concordamos com essa afirmação e acreditamos que o problema surge com o primeiro desafio dos conflitos internacionais: a seleção dos apropriados objetivos de guerra. Com demasiada frequência, nossos objetivos de guerra (efeitos desejados) não são claros e coerentes e nem realistas em termos das suas



O Secretário-Geral Ban Ki-moon homenageia as vítimas do ataque terrorista em Paris (Nações Unidas/Eskinder Debebe)

demandas de sangue e recursos financeiros do povo norte-americano. Precisa-se apenas analisar o dilema que encaramos ou recentemente temos enfrentado na Síria, Iraque, Irã, Afeganistão e na Coreia do Norte para entender como batalhas podem ser vencidas enquanto as guerras em que elas acontecem são perdidas.

Os objetivos de guerra dão errado quando são baseados em avaliações falhas da realidade. As avaliações da realidade são incorretas quando os conceitos ou “lentes” que usamos para nos ajudar a entender nossos dilemas de segurança são incapazes de lidar com desafios complexos. Em resumo, não podemos adequadamente abordar os aspectos complicados e não lineares do conflito internacional no mundo atual se dependermos das abordagens lineares da GAC projetadas para a época de *hard power* da Guerra Fria. O modelo de 1957 de Huntington foi genial em sua concepção de *hard power* e tem nos servido bem. A hora já chegou, contudo, para desenvolvê-lo de acordo com as novas realidades, incluindo o *soft power*, que se conformam mais precisamente com o Século XXI. Temos que aceitar os fatos de que a era pós-Guerra

Fria tem produzido respostas fundamentalmente novas para as três perguntas do Professor Hoffmann.

## A Necessidade de uma Nova Forma de Pensar

Acreditamos que o primeiro passo nesse processo é mudar a pergunta inicial que é muitas vezes feita para abordar os desafios emergentes na área de segurança nacional. Em lugar do foco tradicional em como podemos melhor combinar nossos instrumentos militares para lutar com êxito as guerras de destruição, precisamos primeiro ter uma resposta para um desafio fundamental: Qual é o efeito que desejamos obter? Na maioria das situações, particularmente no nível estratégico, essa é uma pergunta para nossos civis do alto escalão do governo, responsáveis pela formulação das políticas de Estado. Eles precisam ser os principais determinantes dos efeitos desejados. Igualmente importante, eles precisam entender que sem uma definição coerente dos efeitos desejados, as Forças Armadas e outros órgãos com atuação na política externa não poderão formular



Milhares de pessoas tomaram parte da demonstração em Madri contra o terrorismo e a guerra, Nov 2015 (Adolfo Lujan)

respostas efetivas além do modelo GAC. Isso é verdade independentemente de quão precisas as suas avaliações sobre o desafio para a segurança possam ser.

Em resumo, acreditamos que o conceito de controle civil de Huntington, com a sua ênfase no desenvolvimento profissional das nossas Forças Armadas, permanece essencial para uma sociedade democrática. Também é necessário uma capacidade e a vontade de nossa liderança civil de nível nacional de assumir um papel central na determinação e na articulação dos efeitos desejados. Por sua vez, os profissionais militares precisam ser capazes de gerenciar toda a gama de capacidades dentro da sua área de atuação, tanto cinéticas quanto não cinéticas, para obter os efeitos desejados. É bem provável que isso exija alguma ampliação do processo tradicional de desenvolvimento profissional dos militares. Eles precisarão desenvolver a perícia de serem capazes de gerenciar uma ampla gama de ferramentas necessárias para obter os resultados desejados bem como lidar com os desafios menos complexos das noções de Huntington, de 1957, sobre o gerenciamento da violência.

Então, uma nova primeira pergunta — “Qual é o efeito desejado no nível estratégico?” — pode abrir a porta para uma avaliação mais holística e uma resposta para os dilemas de segurança nos quais nos encontramos. Assim, ela amplia nossa perspectiva para além de um foco tradicional nos instrumentos militares, incluindo uma apreciação mais equilibrada das alternativas não cinéticas nos domínios naturais de terra, mar, ar e espaço e, com a mesma importância, o emergente domínio cibernético. Uma vez que a nossa liderança responsável pela segurança nacional tenha definido os efeitos desejados, eles se tornam o critério que capacita os profissionais militares a empreender a tarefa de organizar, escolher e implementar as estratégias e instrumentos de poder apropriados. Não é necessário dizer que os efeitos desejados existem nos níveis operacional e tático bem como no estratégico. É provável que a liderança civil solicite mais envolvimento militar na definição dos efeitos desejados nos níveis abaixo do estratégico.

## A Necessidade de Atualizar o Modelo de Huntington: O Exemplo da Sony

Conforme escrevemos este artigo, a resposta da nossa liderança nacional para o desafio do ataque cibernético contra a Sony Corporation pode ser descrita como perplexa, se não confusa. É incerto se foi um ataque contra um interesse norte-americano vital ou, algo menos sério, um ato de vandalismo. Aparentemente, o ataque foi o produto de uma decisão nacional da Coreia do Norte, mas o alvo foi um ator não-estatal (Sony), e a localização da força de ataque pode ter sido um terceiro país. O ataque, embora não violento de uma forma tradicional, foi sério devido ao seu impacto financeiro de aproximadamente US\$ 300 milhões em prejuízo bem como devido ao seu impacto negativo em um valor central [a liberdade de expressão] da Primeira Emenda dos EUA. Em resumo, representou novas importantes respostas para, pelo menos, duas das perguntas fundamentais feitas pelo Professor Hoffmann: O que os atores podem fazer um ao outro? O que os atores querem fazer um ao outro? A partir de uma perspectiva tradicional, a Coreia do Norte não era um novo participante na esfera histórica de conflito da nossa nação, mas, sem dúvida, agiu em um novo domínio cibernético, o que fez sua característica fundamental muito diferente da que enfrentamos quando ela invadiu a Coreia do Sul, em 1950. Sendo assim, pode ter sido ou não uma nova resposta para a terceira pergunta de Hoffmann.

Seja como for, o modelo ultrapassado de 1957 de Huntington provou ser um enquadramento inadequado para lidar com o ataque norte-coreano contra a Sony. De fato, o seu foco estreito nos instrumentos tradicionais de força parecia sugerir apenas duas alternativas, ambas inaceitáveis. Poucas pessoas, incluindo o Presidente dos Estados Unidos, estavam dispostas a responder com instrumentos cinéticos do poder. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos queriam deixar bem claro para a Coreia do Norte e o mundo que o ataque contra a Sony não ficaria impune. Talvez essa noção de punição fosse o “efeito desejado”. Se for assim, os instrumentos do poder para criar essa punição caíram em grande medida fora das ferramentas tradicionais relevantes à definição de Huntington da “expertise militar singular” como o gerenciamento da violência.

## Conclusão

Os conflitos de segurança nacional são cada vez mais um confronto de talentos, e precisamos atualizar a forma que os usamos para nos encaixarmos no mundo cada vez mais complicado no qual vivemos. O desafio vai além de o que pensamos; é, também, como pensamos sobre problemáticas, que se baseiam em novas realidades, e princípios, que fazem com que as abordagens lineares tradicionais sejam insuficientes, se não irrelevantes. Contra esse pano de fundo, o modelo clássico de Huntington tem demonstrado ser inadequado para a acomodação dos caminhos cognitivos e operacionais necessários para satisfazer os desafios atuais sobre a orientação e as fases subsequentes do ciclo OODA de Boyd. A crise da Sony pode, contudo, prover uma importante experiência de aprendizagem para lidar com situações até mais sérias, de uma natureza semelhante, no futuro.

É bastante meritória a afirmação do General Dubik de que nossa dicotomia moderna de vencer batalhas e perder guerras pode ser atribuída, pelo menos em parte, ao “nexo civil-militar que está na base de como os Estados Unidos travam a guerra”. Travar a guerra envolve a seleção de objetivos de guerra apropriados; vemos isso como a formulação de efeitos desejados e consideramos que é principalmente uma responsabilidade dos formuladores civis de políticas de Estado como um passo inicial na matriz de decisões. Esses efeitos desejados ultrapassam a seleção de instrumentos cinéticos e não cinéticos para a realização deles. Como tal, provêm um contexto essencial para a seleção de instrumentos relevantes e o seu emprego operacional. Isso, nós acreditamos, é uma responsabilidade de gerenciamento e de liderança dos profissionais militares.

Em resumo, recomendamos uma nova forma de pensar por parte dos nossos líderes superiores de segurança nacional, tanto militares quanto civis, para acomodar novas respostas para as três importantes perguntas do Professor Hoffmann. Essa nova forma de pensar exige que adaptemos as nossas lentes de simplificação para o mundo mais complicado do Século XXI. Também, exige que nós façamos uma nova pergunta inicial: Quais efeitos queremos obter usando ambos o *hard power* e o *soft power*? Felizmente, como os psicólogos cognitivos nos informam, estamos “pré-condicionados” a fazer isso. ■



O Almirante (Res) James G. Stavridis, da Marinha dos EUA, é Administrador da Fletcher School of Law and Diplomacy, na Tufts University.

O Major-Brigadeiro (Res) Ervin J. Rokke, da Força Aérea dos EUA, Ph.D., é o Acadêmico Superior do Center for Character and Leadership Development, da Academia da Força Aérea dos EUA.

O Capitão de Mar e Guerra (Res) Terry C. Pierce, da Marinha dos EUA, Ph.D., é Diretor do Department of Homeland Security Center of Innovation, na Academia da Força Aérea dos EUA.

## Referências

1. Don Clark e Nathan Olivarez-Giles, "Hackers Hit Sony, Microsoft Videogame Services," *Wall Street Journal*, December 27–28, 2014, p. B1.
2. Carol Lee e Jay Solomon, "North Korean Arms Dealers Targeted," *Wall Street Journal*, January 3–4, 2015, p. A1.
3. Samuel P. Huntington, *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge: The Belknap Press, 1957), p. 7.
4. *Ibid.*, p. 11.
5. *Ibid.*
6. Joseph S. Nye, Jr., *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (New York: PublicAffairs, 2004), p. 1.
7. Joseph S. Nye, Jr., *The Future of Power* (New York: PublicAffairs, 2011), p. 113–114.
8. Huntington, p. viii.
9. *Ibid.*, p. 1.
10. Isaac Porche, Jerry Sollinger e Shawn McKay, "An Enemy Without Boundaries," *United States Naval Institute Proceedings* 138, no. 10 (October 2012), p. 35.
11. Jason Healey, "No, Cyberwarfare Isn't as Dangerous as Nuclear War," *U.S. News and World Report*, 20 Mar. 2013.
12. James Manyika et al., *Disruptive Technologies: Advances That Will Transform Life, Business, and the Global Economy* (New York: McKinsey Global Institute, May 2013).
13. Stanley Hoffmann, *The State of War: Essays on the Theory and Practice of International Politics* (New York: Praeger, 1965), p. 92–93.
14. William S. Lind, "Understanding Fourth Generation War," *Military Review*, September–October 2004, p. 12.
15. *Ibid.*
16. *Ibid.*, p. 12–16.
17. Robert Coram, *Boyd: The Fighter Pilot Who Changed the Art of War* (Boston: Back Bay Books, 2002), p. 327–344.
18. Ervin J. Rokke, Thomas A. Drohan, and Terry C. Pierce, "Combined Effects Power," *Joint Force Quarterly* 73 (2<sup>nd</sup> Quarter 2014).
19. *Ibid.*
20. James Dubik, "Winning Battles, Losing Wars," *Army Magazine*, December 2014, p. 16–17.